

COLEÇÃO EDITAL SISTEMATIZADO

Leonardo Garcia  
Roberval Rocha

VUNESP

Baseado na metodologia

Questão *vem* primeiro

# VUNESP

## CARREIRAS JURÍDICAS

editais sistematizados

2018

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# 1. DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. AGENTES PÚBLICOS

### 1.1. Disposições Gerais

Ⓢ ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

#### \* SÚMULAS STF

- ▶ STF 22. O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.
- ▶ STF 36. Servidor vitalício está sujeito a aposentadoria compulsória, em razão da idade.
- ▶ STF 39. À falta de lei, funcionário em disponibilidade não pode exigir, judicialmente, o seu aproveitamento, que fica subordinado ao critério de conveniência da Administração.
- ▶ STF 46. Desmembramento de serventia de justiça não viola o princípio de vitaliciedade do serventuário.
- ▶ STF 47. Reitor de universidade não é livremente demissível pelo Presidente da República durante o prazo de sua investidura.

#### \* SÚMULAS STJ

- ▶ STJ 137. Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.
- ▶ STJ 173. Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do Regime Jurídico Único.
- ▶ STJ 346. É vedada aos militares temporários, para aquisição de estabilidade, a contagem em dobro de férias e licenças não gozadas.

#### \* SÚMULAS E OJ'S TST

- ▶ TST 58. Ao empregado admitido como pessoal de obras, em caráter permanente e não amparado pelo regime estatutário, aplica-se a legislação trabalhista.
- ▶ TST 243. Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.

▶ TST 430. Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

▶ TST OJ/SDI1 51. Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n. 7.773, de 08.06.1989.

▶ TST OJ/SDI1 216. Aos servidores públicos celetistas é devido o vale-transporte, instituído pela Lei n. 7.418/85, de 16 de dezembro de 1985.

▶ TST OJ/SDI1 247. I. A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade; II. A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

▶ TST OJ/SDI1 339. As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/1988, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/1998.

▶ TST OJ/SDI1 366. Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula n. 363 do TST, se requeridas.

#### \* REPERCUSSÃO GERAL (STF)

#### *Direito de greve e carreiras de segurança pública*

■ O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis

e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria. ARE 654432, Rel. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, repercussão geral, j. 5.4.2017. Pleno. (Info 860)

### ***Justiça competente e servidor público celetista***

■ A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas. RE 846854, Rel. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, j. 1º.8.2017, repercussão geral, Tema 544. Pleno. (Info 871)

### ***Professor substituto e contratação temporária***

■ É compatível com a CF a previsão legal que exija o transcurso de 24 meses, contados do término do contrato, antes de nova admissão de professor temporário anteriormente contratado. RE 635648, Rel. Min. Edson Fachin, repercussão geral, Tema 403, Pleno, j. 14.6.2017. (Info 869)

## **\* INFORMATIVOS STF**

### ***Contratação temporária e autorização legislativa genérica***

■ São inconstitucionais, por violarem o artigo 37, IX, da CF, a autorização legislativa genérica para contratação temporária e a permissão de prorrogação indefinida do prazo de contratações temporárias. ADI 3662, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 23.3.2017. Pleno. (Info 858)

### ***Jornada de trabalho reduzida e legislação específica***

■ Diante do silêncio da Lei 11.416/06 acerca da jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e existindo legislação que discipline a jornada de ocupantes de cargos públicos das áreas de medicina e odontologia, aplica-se a norma de caráter especial em detrimento da regra geral inserta no caput do artigo 19 da Lei 8.112/90. Inteligência do DL 1.445/76, c/c a Lei 9.436/97, revogada pela Lei 12.702/12 (relativamente aos servidores médicos), e do DL 2.140/84 (relativamente aos servidores odontólogos). MS 33853, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 13.6.2017. 2ª T. (Info 869)

## **\* INFORMATIVOS STJ**

### ***Servidor público. Remoção. Resistência da administração pública. Teoria do fato consumado. Inaplicabilidade.***

■ A “teoria do fato consumado” não pode ser aplicada para consolidar remoção de servidor público destinada a acompanhamento de cônjuge, em hipótese que não se adequa à legalidade estrita, ainda que tal situação haja perdurado por vários anos em virtude de decisão liminar não confirmada por ocasião do julgamento de mérito. EREsp 1.157.628, Rel. Min. Raul Araújo, DJ 15.2.2017. Corte Especial. (Info 598)

## **\* QUESTÕES DISCURSIVAS**

**01.** (Vunesp/PC/SP/Delegado/2014) Servidor público submetido ao regime jurídico instituído pela Lei de n. 8.112/1990, que pede exoneração para tomar posse em cargo policial civil de provimento efetivo de determinado Estado da Federação, e que durante estágio probatório não preenche os requisitos mínimos exigidos para a confirmação na carreira, pode ser reconduzido ao cargo anterior? Explique e justifique.

**02.** (Vunesp/DPE/MS/Defensor/2008) Qual o regime dos servidores de sociedades de economia mista e empresas públicas? Explique.

## **\* QUESTÕES OBJETIVAS**

**01.** (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) A respeito da contratação de pessoal no serviço público, por tempo determinado, a Constituição Federal dispõe que:

- a) a lei estabelecerá os casos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) é limitada aos cargos de direção, chefia e assessoramento.
- c) é expressamente vedada.
- d) é limitada ao preenchimento de cargos de confiança do Poder Executivo.
- e) a lei regulará as situações passíveis de serem atendidas limitadas às funções e aos cargos de confiança

**02.** (Vunesp/PGM/Porto\_Ferreira/Procurador/2017) De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da Administração direta,

autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, em regra, a seguinte disposição:

- a) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
  - b) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
  - c) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.
  - d) se investido no cargo de Prefeito, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
  - e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) o Poder Judiciário possui competência para, no controle de legalidade, avaliar as respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas.
  - c) é admitida a aplicação da teoria do fato consumado para legitimar a permanência em cargo público de candidato que o ocupe por longo período com base em decisão liminar.
  - d) o servidor público desviado de suas funções, após a promulgação da Constituição, não pode ser reenquadrado.
  - e) a candidata possui o direito à remarcação do exame físico caso comprovado que a sua gravidez ocorreu após o início do certame, mesmo que o direito não esteja no Edital.

**03. (Vunesp/PGM/Porto\_Ferreira/Procurador/2017)** A respeito do direito de greve do servidor público, e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) o exercício do direito de greve pelo servidor público depende de prévia intervenção legislativa, sob pena de ser considerado ilegal.
- b) a Administração não tem o poder de descontar a remuneração dos servidores que aderem a greves, ficando permitida a compensação.
- c) a norma que assegura o direito de greve do servidor público possui eficácia contida, razão pela qual não se aplica de forma subsidiária a lei geral de greve vigente no setor privado.
- d) é constitucional disposição que estabeleça sanção diferenciada para servidor em estágio probatório que adira a movimento grevista.
- e) a Administração tem o dever de descontar a remuneração dos servidores grevistas quando comprovada a ilegalidade do movimento, permitida a compensação em caso de acordo.

**04. (Vunesp/PGM/Porto\_Ferreira/Procurador/2017)** Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) a previsão no Edital é suficiente para se exigir exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público.

**05. (Vunesp/TJ/SP/Juiz/2017)** Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser:

- a) demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
- b) exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
- c) exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
- d) demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.

**06. (Vunesp/TJ/SP/Juiz/2017)** O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que:

- a) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
- b) seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
- c) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.

- d) poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

**07.** (Vunesp/CM/Itatiba/Advogado/2015) Estabelece a Constituição da República que, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele:

- a) readmitido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) reincorporado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será exonerado, com direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**08.** (Vunesp/DPE/MS/Defensor/2012) Leia as seguintes assertivas.

- I. os servidores das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações privadas regem-se pela legislação trabalhista. Para as empresas públicas que exercem atividade econômica, esse regime, no entanto, não é obrigatório.
- II. são servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.
- III. qualquer que seja o regime jurídico adotado para seus servidores, algumas categorias se enquadrarão como servidores estatutários, ocupantes de cargos e sob regime estatutário estabelecido por leis próprias: trata-se dos membros da Magistratura, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Advocacia Geral e da Defensoria Pública.

- IV. a Emenda Constitucional n. 19/98, que deu nova redação ao inciso I do art. 37, estendeu o direito de acesso aos cargos, empregos e funções aos estrangeiros, na forma da lei; entende-se que se trata de lei de competência privativa da União, o que, no entanto, não impede que o comando constitucional seja autoaplicável.

São corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

**09.** (Vunesp/DPE/MS/Defensor/2014) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis:

- a) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) aos brasileiros e aos estrangeiros, igualmente, nos termos específicos previstos nas leis de cada ente federativo.
- c) aos brasileiros que preencham os requisitos previstos em lei, excluindo-se qualquer forma de acesso por estrangeiros.
- d) aos brasileiros que preencham os requisitos legais e aos estrangeiros, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros no exterior.

**10.** (Vunesp/PC/CE/Delegado/2015) Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis, a que alude a Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- b) o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, 15 e, no máximo, 30 dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento à nova sede.
- c) é possível a remoção para acompanhar pai ou filho também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração.

- d) é de 30 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- e) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 90 dias para quitar o débito.

**11.** (Vunesp/TJ/RJ/Juiz/2013) Assinale a alternativa correta:

- a) prescreverá em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil na hipótese de responsabilidade civil do Estado, mesmo quando o fato depender de apuração criminal.
- b) a sindicância é meio sumário de apuração não admitindo ampla defesa ou contraditório, mesmo na hipótese de produzir efeito punitivo.
- c) a licença e a autorização são atos que decorrem do poder de polícia discricionário da administração pública, podendo ser recusada por conveniência e oportunidade.
- d) a vitaliciedade não impede a extinção do cargo, ficando o funcionário em disponibilidade, com todos os vencimentos.

**12.** (Vunesp/TJ/MG/Juiz/2012) Analise as afirmações a seguir.

- I. Maria, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em decorrência da extinção do cargo que ocupava.
- II. João, servidor aposentado por invalidez, retornou à ativa após ser constatada pela perícia médica a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentadoria.
- III. Manuel, policial militar, retornou à corporação após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.
- IV. Alice, reprovada no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeada, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Os nomes dessas hipóteses de provimento derivado apresentadas são, correta e respectivamente:

- a) transposição, readmissão, reintegração, recondução.
- b) reversão, aproveitamento, recondução, reintegração.
- c) aproveitamento, reversão, reintegração, recondução.
- d) readmissão, reversão, reintegração, aproveitamento.

**13.** (Vunesp/TJ/PA/Juiz/2014) Mesário convocado para as eleições gerais de 2014 pode ser classificado como:

- a) empregado público.
- b) agente público.
- c) particular em colaboração com a Administração Pública.
- d) agente político.
- e) servidor público “latu sensu”.

**14.** (Vunesp/PGM/São\_José\_do\_Rio\_Preto/Procurador/2014) No tocante aos cargos, empregos e funções públicas, é correto afirmar que:

- a) função pública é o lugar, dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixada em lei ou diploma a ela equivalente.
- b) cargos efetivos são aqueles que se revestem de caráter de permanência, constituindo a maioria absoluta dos cargos integrantes dos diversos quadros funcionais.
- c) as funções de confiança deverão ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.
- d) provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo ou emprego público.
- e) a vacância, que indica que determinado cargo público não está provido, somente ocorrerá nas hipóteses de exoneração ou demissão do servidor público.

**15.** (Vunesp/PGM/São\_Paulo/Procurador/2015) Segundo os parâmetros estabelecidos pela Constituição, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.
- b) se for extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- d) se for investido no cargo de vereador e não houver compatibilidade de horário.
- e) se investido no mandato de Prefeito.

**16.** (Vunesp/PGM/São\_José\_do\_Rio\_Preto/Procurador/2014) É vedada a acumulação

remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. A proibição de acumular:

- a) restringe-se à Administração direta.
- b) será permitida em relação a dois cargos técnicos ou científicos.
- c) não se aplica se um dos cargos for provido em comissão.
- d) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, excluindo-se as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- e) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

**17.** (Vunesp/PGM/Rosana/Procurador/2016) Nos termos da Constituição Federal de 1988, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- a) adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- b) são estáveis após três anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão do Tribunal de Contas.
- c) adquirem estabilidade após cinco anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, no qual deve ser assegurada a ampla defesa.
- d) são estáveis após um ano de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão da Justiça Eleitoral transitada em julgado.
- e) são estáveis após três anos de efetivo exercício, todavia podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

**18.** (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2012) Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que:

- a) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.
- b) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.
- c) não se aplica ao servidor estável.
- d) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.

**19.** (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2012) Tendo em vista o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.
- b) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.
- c) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.
- d) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

**20.** (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2016) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de vereador:

- a) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
- b) acumulará as vantagens do cargo, emprego ou função e as remunerações do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- c) perderá o vínculo com a Administração Pública, obrigatoriamente.
- d) perderá o vínculo com a Administração Pública, facultativamente.

**21.** (Vunesp/CM/São\_José\_dos\_Campos/Técnico/2014) A Constituição Federal estabelece que o servidor público estável

- a) perde o cargo caso este seja extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- b) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- c) pode perder o cargo mediante sindicância devidamente instaurada para a apuração de fatos ocorridos no exercício do cargo.
- d) pode perder o cargo mediante decisão motivada de seu superior hierárquico.
- e) não está sujeito à perda do cargo.

**22.** (Vunesp/PGM/Várzea\_Paulista/Procurador/2016) Vereador da Câmara Municipal de Várzea Paulista aceita convite do Prefeito Municipal e passa a exercer, em acúmulo com suas funções parlamentares, o cargo de Secretário Municipal da Saúde, percebendo ambas as remunerações

concomitantemente. Tendo em vista o previsto na Constituição Federal, a acumulação:

- a) poderá ser válida se a Lei Orgânica do Município de Várzea Paulista permitir, pois o texto constitucional não veda essa hipótese de acumulação de cargos e remunerações.
- b) é válida, pois essa hipótese é permitida a Deputados e Senadores expressamente, e aos Vereadores aplicam-se integralmente todas as proibições e impedimentos daqueles.
- c) não é válida, podendo, todavia, o Vereador se licenciar do mandato e exercer o cargo, optando por apenas uma das duas remunerações.
- d) não é válida enquanto a legalidade do ato de admissão não for analisada pelo Tribunal de Contas Estadual para fins de registro.
- e) é válida, pois a hipótese analisada é prevista como exceção à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções na Administração Pública.

**23.** (Vunesp/TJ/SP/Técnico/2017) Nos termos da Constituição Federal, extinto o cargo, o servidor público estável ficará em disponibilidade:

- a) sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- d) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) com remuneração integral, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.

**24.** (Vunesp/TJ/SP/Técnico/2017) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece expressamente que:

- a) ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- b) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade.

- c) os detentores de mandato eletivo não poderão ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- d) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a manutenção do servidor na carreira.
- e) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**25.** (Vunesp/TJM/SP/Técnico/2017) O servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se preso em flagrante por crime inafiançável.
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) no caso de extinção do cargo.
- d) quando posto em disponibilidade há mais de cinco anos.
- e) mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho.

**26.** (Vunesp/Prodest/Analista/2014) A Carta Magna brasileira estabelece que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Todavia, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável:

- a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) perderá automaticamente o cargo, mas deverá receber indenização proporcional ao tempo de serviço público.
- c) deverá ser promovido para cargo imediatamente superior na mesma repartição onde exerce suas funções.
- d) será aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço e em nível imediatamente superior ao cargo que ocupava.
- e) ficará em disponibilidade, com remuneração, até atingir o tempo necessário para atingir a aposentadoria proporcional.

**27.** (Vunesp/TJ/PA/Analista/2014) Professor possui três vínculos com a Administração Pública, lecionando pela manhã em escola municipal, à tarde em escola estadual e, à noite, em

universidade pública federal. Neste caso, consoante o previsto na Constituição Federal vigente, a acumulação de cargos desse Professor:

- a) é possível, desde que haja compatibilidade de horários e o somatório dos valores não ultrapasse o teto constitucional.
- b) é possível, pois há compatibilidade de horários.
- c) não é possível, pois cargos municipais não podem ser acumulados com cargos estaduais ou federais.
- d) não é possível, pois somente é lícito acumular dois cargos de professor.
- e) não é possível, pois somente é possível acumular um cargo científico ou técnico com o cargo de professor.

**28.** (Vunesp/PC/SP/Oficial Administrativo/2014) Assinale a alternativa que contempla um tipo de cargo público que admite acumulação com outro do mesmo tipo, quando houver compatibilidade de horários:

- a) professor.
- b) delegado de Polícia.
- c) defensor público.
- d) procurador público.
- e) oficial administrativo.

**29.** (Vunesp/TJ/SP/Técnico/2014) Paulo já era titular de cargo efetivo de professor na rede estadual de ensino quando foi aprovado em concurso público, para outro cargo de professor, em uma autarquia federal. Tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal acerca da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, Paulo:

- a) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja expressa concordância dos órgãos públicos envolvidos aos quais estará vinculado.
- b) pode acumular os dois cargos de professor, desde que observe jornada de trabalho não superior a quatro horas diárias em cada órgão público a que estará vinculado.
- c) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) não pode acumular os dois cargos de professor.
- e) pode acumular os dois cargos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários, uma vez que a proibição de acumular não se estende a autarquias.

**30.** (Vunesp/CM/Sumaré/Procurador/2017) Os gestores, especialmente no início de mandatos eletivos, vêm utilizando a contratação de agentes para atender à necessidade temporária de excepcional interesse coletivo. Com base nas regras constitucionais reguladoras do instituto e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) os agentes públicos temporários firmam contratos de trabalho com a Administração, sendo os eventuais processos que discutam os termos da relação submetidos à competência da Justiça do Trabalho.
- b) os contratos firmados com agentes temporários não se submetem aos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que não impede a aplicação dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal, especialmente quando há sucessivas prorrogações.
- c) os agentes temporários são segurados, durante o período do contrato, pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), caso existente no âmbito da Administração local.
- d) apesar da regra constitucional prever a temporariedade da prestação do serviço, o Supremo Tribunal Federal entende que é constitucional lei que admita a celebração de contratos nessas condições por tempo indeterminado.
- e) o Supremo Tribunal Federal admite, em regra, que a contratação temporária seja utilizada para o exercício de funções meramente burocráticas, não havendo a necessidade de que a situação seja excepcional e transitória.

**31.** (Vunesp/PGM/São\_José\_dos\_Campos/Procurador/2017) Segundo a Constituição Federal, o servidor público que for eleito para exercer o mandato de vereador

- a) deverá pedir exoneração do cargo público.
- b) poderá exercer simultaneamente o cargo público e a vereança, independentemente de qualquer condição.
- c) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, quando afastado para exercer o mandato, exceto para promoção por merecimento.
- d) deverá afastar-se do seu cargo, independentemente de qualquer condição, não podendo exercer, simultaneamente, o cargo e a vereança.
- e) poderá exercer simultaneamente o cargo e a vereança, havendo compatibilidade de

horários, mas não poderá optar pela remuneração e vantagens do cargo público.

**32.** (Vunesp/DPE/RO/Defensor/2017) A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Aos seus servidores aplica-se a seguinte disposição:

- a) quando titular de cargo efetivo, é assegurado à servidora licença-maternidade com a duração de cento e vinte dias.
- b) ao titular de cargo efetivo é assegurada aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço.
- c) não incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensão.
- d) quando titular de cargo efetivo, completadas as exigências para aposentadoria voluntária, poderá optar por permanecer em atividade, fazendo jus a um abono de permanência.
- e) quando ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, deverá ser facultada a sua participação no regime de previdência complementar.

## 1.2. Cargo em Comissão

### \* SÚMULAS STF

► STF Vinculante 13. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

► STF 8. Diretor de sociedade de economia mista pode ser destituído no curso do mandato.

► STF 25. A nomeação a termo não impede a livre demissão, pelo Presidente da República, de ocupante de cargo dirigente de autarquia.

### \* SÚMULAS STJ

► STJ 218. Compete à justiça dos estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de

direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

### \* QUESTÕES OBJETIVAS

**33.** (Vunesp/MPE/SP/Oficial/2016) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas:

- a) aos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) aos servidores com acumulação remunerada de dois cargos públicos.
- c) às autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias.
- d) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) à administração fazendária e aos seus servidores fiscais.

**34.** (Vunesp/TJ/SP/Juiz/2015) O regime jurídico dos servidores públicos tem um amplo tratamento na Constituição federal, além de ser disciplinado em lei estatutária de cada ente da federação. Com relação ao regime geral dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) no direito brasileiro é possível que um não servidor público exerça função pública sem que o agente seja ocupante de cargo público em que tenha sido regularmente investido.
- b) um servidor aposentado pelo regime de previdência do setor público somente poderá acumular os proventos com a remuneração de cargo público se o cargo em que se aposentou e aquele posteriormente ocupado forem acumuláveis nos termos da Constituição.
- c) o servidor público estável só pode ser demitido a bem do serviço público após processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada o amplo direito de defesa exercida por meio de advogado por ele constituído ou dativo.
- d) o servidor aprovado em concurso público, após adquirir estabilidade, só pode deixar de ocupar o cargo no qual foi investido por promoção, exoneração a pedido ou após regular processo administrativo disciplinar ou ainda quando requerer a aposentadoria, preenchidos os requisitos legais.

**35.** (Vunesp/TJ/SP/Juiz/2013) Configura ilegalidade a demissão, pelo superior, de funcionário que exerce cargo de confiança, demissível “ad nutum”, quando a demissão:

- a) fundamentar-se na prática de ato de improbidade administrativa tipificado, devidamente comprovado em processo administrativo regular.
- b) estiver fundamentada na prática de ato de improbidade administrativa não tipificado.
- c) for desprovida de motivação.
- d) apoiar-se em ilícito administrativo, comprovado em processo administrativo regular.

**36.** (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Remoção/2012) Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que:

- a) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.
- b) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.
- c) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.
- d) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.

**37.** (Vunesp/TJ/SP/Técnico/2017) Luiz ocupa cargo em comissão como assessor em um órgão público federal para o qual foi nomeado sem se submeter à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Descontente em relação ao seu vencimento, Luiz entrou em greve, seguindo orientação do sindicato ao qual é associado. Sobre essa situação, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à livre associação sindical.
- b) a investidura de Luiz ao cargo não obedece aos preceitos constitucionais.
- c) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à greve.
- d) Luiz, por ser servidor público, não goza do direito à livre associação sindical.
- e) Luiz, por ser servidor público, goza do direito à greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.

**38.** (Vunesp/TJ/PA/Auxiliar/2014) Segundo a Carta Magna brasileira, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e

títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para:

- a) cargo de nível médio em secretarias municipais.
- b) emprego público na Administração Indireta.
- c) cargo do Poder Legislativo que não exija curso superior.
- d) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) cargo de provimento efetivo ou emprego público temporário.

**39.** (Vunesp/PC/SP/Oficial Administrativo/2014) Nos termos da Constituição Federal, os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se, entre outras hipóteses, apenas às atribuições de:

- a) políticas.
- b) técnicas.
- c) burocráticas.
- d) de direção.
- e) administrativas.

**40.** (Vunesp/CRBio/1R/Advogado/2017) Viola a Constituição Federal a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança:

- a) ou, ainda, de função gratificada, exceto se for na Administração indireta.
- b) ou, ainda, de cargo provido por concurso.
- c) no âmbito da Administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) não se estendendo às designações recíprocas no âmbito do Poder Judiciário.
- e) ainda que realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado.

**41.** (Vunesp/Ipresb/Analista Previdenciário/rio/2017) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla um exemplo que pode ser considerado como cargo em confiança de livre nomeação e exoneração.

- a) coordenadora de creche.

- b) procurador do estado.
- c) assessor de vereador.
- d) guarda municipal.
- e) defensor público.

### 1.3. Concurso Público

#### \* SÚMULAS STF

► STF Vinculante 43. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

► STF Vinculante 44. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

► STF 15. Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito a nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

► STF 16. Funcionário nomeado por concurso tem direito a posse.

► STF 17. A nomeação de funcionário sem concurso pode ser desfeita antes da posse.

► STF 683. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

► STF 684. É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

► STF 686. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

#### \* SÚMULAS STJ

► STJ 266. O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.

► STJ 377. O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

► STJ 552. O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

#### \* SÚMULAS E OJ'S TST

► TST 363. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

► TST OJ/SDI1 335. A nulidade da contratação sem concurso público, após a CF/1988, bem como a limitação de seus efeitos, somente poderá ser declarada por ofensa ao art. 37, II, se invocado concomitantemente o seu § 2º, todos da CF/1988.

► TST OJ/SDI1 65. O acesso de professor adjunto ao cargo de professor titular só pode ser efetivado por meio de concurso público, conforme dispõem os arts. 37, inciso II, e 206, inciso V, da CF/88.

► TST OJ/SDI2 38. A assunção do professor-adjunto ao cargo de professor titular de universidade pública, sem prévia aprovação em concurso público, viola o art. 206, inciso V, da Constituição Federal. Procedência do pedido de rescisão do julgado.

► TST OJ/SDI2 128. O certame público posteriormente anulado equivale à contratação realizada sem a observância da exigência contida no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988. Assim sendo, aplicam-se à hipótese os efeitos previstos na Súmula n. 363 do TST.

#### \* INFORMATIVOS STF

#### *CNJ e anulação de concurso público*

■ Cassado ato do CNJ que, nos autos de processo de controle administrativo, determinou a anulação de concurso público para admissão nas serventias extrajudiciais no Estado do Rio de Janeiro. No caso, a anulação se deu em razão da incompatibilidade com os princípios da moralidade e da impessoalidade, caracterizada pela existência de relacionamento pessoal entre o presidente da comissão do concurso e duas candidatas aprovadas. O CNJ também assentou a parcialidade da comissão examinadora ao entender que houve favorecimento das candidatas na correção das questões das provas. O CNJ, na sua competência de controle administrativo, não pode substituir-se ao examinador, seja nos concursos para o provimento de cargos em cartórios, seja em outros concursos para provimento de cargos de juizes ou de servidores do